

EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: uma análise a partir de Gramsci

Rebeca Barreto Duarte Paterson
*Estudante de Doutorado do Programa de Estudos
Pós Graduação em Política Social/UFF*
rebecabduarte@hotmail.com

Cassiana Ferreira Simões
*Estudante de Doutorado do Programa de Estudos
Pós Graduação em Política Social/UFF*
cassiana_simoes@id.uff.br

Adriana Soares Dutra
*Professora do Programa de Estudos Pós Graduação
em Política Social/UFF*
adrianadutra@id.uff.br

Resumo

A educação, como processo de produção e socialização de conhecimentos, constitui um direito humano essencial e condição fundamental para o desenvolvimento dos sujeitos. Entretanto, sua trajetória revela contradições, uma vez que pode tanto reproduzir a ordem vigente, atendendo às demandas do capital, quanto servir de instrumento de emancipação e transformação social. Neste sentido, o trabalho em tela tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva gramsciana, o papel das instituições educacionais e das assistentes sociais que atuam na política de educação na construção de uma contra hegemonia. Com esta finalidade, recorreremos à revisão bibliográfica, nos valendo do recurso da intertextualidade. Como resultados, reconhecemos as escolas como aparelhos de hegemonia, com relevante função na produção de consensos, mas também campo privilegiado para formação de sujeitos críticos, com a qual o serviço social na educação pode colaborar. A inserção do Serviço Social na política de educação expressa uma prática política e ideológica que, orientada pelo projeto ético-político, pode buscar construir alternativas contra hegemônicas em favor da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Educação, Serviço Social, Gramsci.

Abstract

Education, as a process of knowledge production and socialization, constitutes an essential human right and a fundamental condition for the development of individuals. However, its trajectory reveals contradictions, as it can both reproduce the current order, meeting the demands of capital, and serve as an instrument of emancipation and social transformation. In this sense, this work aims to analyze, from a Gramscian perspective, the role of educational institutions and social workers working in education policy in building a counter-hegemony. To this end, we resorted to a bibliographic review, utilizing intertextuality. As a result, we recognize schools as apparatuses of hegemony, with a relevant role in the production of consensus, but also as a privileged field for the formation of critical subjects, to which social work in education can contribute. The insertion of Social Service in education policy expresses a political and ideological practice that, guided by the ethical-political project, can seek to build counter-hegemonical alternatives in favor of the working class.

Keywords: Education, Social Work, Gramsci.

Introdução

Pertencer, de maneira substantiva, a uma sociedade e participar ativamente de sua construção coletiva requer não apenas a posse de conhecimentos formais, mas também a incorporação de atitudes e valores constitutivos do espaço público, relacionados ao reconhecimento dos direitos e deveres que estruturam a vida em

comum. Sob essa perspectiva, a educação cumpre uma função social de grande relevância, pois se configura como instância privilegiada de formação de sujeitos capazes de intervir de modo crítico e construtivo na sociedade em que vivem.

Entretanto, é fundamental destacar que a educação não se desenvolve de forma neutra ou desprovida de intencionalidade. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) estabeleça, entre suas finalidades, o pleno desenvolvimento do educando, é sabido que o modo como esse desenvolvimento é concebido e materializado está intrinsecamente vinculado a disputas de ordem política, econômica e ideológica. A educação, portanto, expressa e reflete os embates entre diferentes projetos de sociedade, assumindo feições diversas conforme as concepções em disputa em cada momento histórico. Por isso, acreditamos que a importância da formação dos intelectuais para a disputa por hegemonia mobilizou Gramsci a dar atenção à escola, enquanto instituição privilegiada para educação das massas em busca de uma nova hegemonia política (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2020).

Sendo assim, quando apoiamos nossas análises em Gramsci compreendemos ainda que o Estado tem e pede o consenso, mas também educa esse consenso por meio do aparelho hegemônico, composto por um conjunto de instituições, que são indistintamente públicas ou privadas (escolas, televisão, jornais...). (Liguori, 2018). Nesse contexto, filiamo-nos à perspectiva segundo a qual as instituições educacionais não devem restringir-se à oferta da educação formal ou regular, mas precisam assumir, de maneira intencional, sua função social de educar para um modo de ser e estar no mundo comprometido com o exercício crítico dos direitos. Tal concepção implica reconhecer a necessidade de construção de projetos pedagógicos que estejam direcionados para a formação de sujeitos capazes de assumir a condição de intelectuais orgânicos no sentido gramsciano, engajados na luta pela emancipação humana. Trata-se, portanto, de fomentar uma educação que possibilite questionar a ordem social vigente, desvelar suas contradições e elaborar alternativas ético-políticas orientadas pela construção de uma sociabilidade mais justa e democrática.

Sob esse prisma, compreender o espaço educacional como mola propulsora da efetivação de direitos e da ampliação das capacidades humanas significa concebê-lo como caminho fundamental para o enfrentamento e a superação das diferentes formas de exploração e opressão vigentes na sociedade capitalista. A educação, longe de ser mero instrumento de adaptação social, deve constituir-se como prática transformadora, capaz de fortalecer processos coletivos de emancipação e abrir possibilidades concretas de reinvenção da vida social em direção à dignidade e à liberdade humanas. Assim, entendemos que: “A formação de uma autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, a criação de uma elite de intelectuais” (Duriguetto, p. 278, 2014).

Entendendo-a como uma construção cotidiana, em especial dos sujeitos que pensam as políticas educacionais e, principalmente, por aqueles que as executam, torna-se importante refletir acerca do papel destes sujeitos na formação dos educandos. Ou seja, compreender que estes sujeitos exercem (...) “a função dos intelectuais nos processos de formação de uma nova consciência, de uma nova forma de pensar e agir na vida social por parte das classes subalternas” (Duriguetto, p. 273, 2014).

No contexto escolar, assistentes sociais, ao atuarem em consonância com o projeto ético-político profissional, podem desempenhar um papel relevante na formação dos indivíduos capazes de refletir de forma crítica sobre suas condições de existência, como afirma Miotto (2009). A presença dessas (es) profissionais nas redes públicas de educação básica é assegurada pela Lei nº 13.935/2019, que estabelece, em seu Art. 1º, o atendimento às necessidades e prioridades definidas pelas políticas educacionais, por meio de equipes multiprofissionais. Ainda que sua implementação permaneça incompleta, tal inserção contribui para ampliar a compreensão dos desafios escolares para além de aspectos pedagógicos, permitindo o enfrentamento

das desigualdades sociais que incidem sobre o cotidiano escolar e fortalecendo práticas educativas comprometidas com a justiça social (CFESS, 2012).

Desta forma, o trabalho a seguir buscará, em um primeiro momento, evidenciar o papel das instituições educacionais na sociedade contemporânea, destacando seu exercício como aparelhos privados de hegemonia, sua responsabilidade na formação de intelectuais tradicionais e orgânicos e seu papel na produção de consensos. No segundo momento, pretendemos apresentar o papel central da dimensão educativa de caráter crítico no exercício profissional das assistentes sociais na educação, na construção de uma contra hegemonia.

Nesta perspectiva, o texto apresenta como recurso metodológico a revisão bibliográfica, apresentando autores que discutem a educação e o serviço social em uma perspectiva crítica, a partir de categorias elencadas pelo pensador italiano Antonio Gramsci. Vale observar, que ao tomar como base a pesquisa bibliográfica, temos o propósito de trabalhar e valorizar a intertextualidade, considerando que:

Intertextualidade é basicamente a propriedade que tem os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante (Fairclough, 2001, p. 114, *apud* Shiroma; Campos; Garcia; 2005, p. 432).

Cumpramos ressaltar que a temática do presente trabalho foi suscitada a partir de sua correlação com o exercício profissional das autoras no âmbito da política de educação. E, ainda, a partir da disciplina cursada no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (PPGDAP/UFF), intitulada Tópicos Especiais: introdução ao Pensamento de Gramsci, que nos serviu de subsídio para definição do conjunto de autores e produções aqui elencados.

Dessa forma, as aproximações com o pensamento do autor tiveram como base, especialmente, os artigos científicos de: Frigotto e Ciavatta e Ramos (2020) que vem ressaltar a importância da educação na formação dos intelectuais orgânicos; Siqueira e Batista (2019) que valorizam a relação entre estes intelectuais e as classes subalternas; o trabalho de Duriguetto (2014), publicado na Revista Serviço Social e Sociedade, que apresenta uma aproximação da educação com o pensamento Gramsciano; a publicação de Almeida (2007) que valoriza a inserção dos (as) assistentes sociais na política de educação e, não menos importante, de Guido Liguori (2018) que tem como proposta apresentar um roteiro para compreensão da perspectiva gramsciana. A partir de Iamamoto (2014), Yazbek (2009) e Miotto (2009), que destacam a dimensão crítica do Serviço Social, buscamos as analogias aos conceitos do autor em estudo.

Instituições de Educação como espaços de formação crítica

A educação, entendida como processo de transmissão, construção e produção de conhecimentos, constitui um bem público e um direito humano essencial, que jamais deve ser negligenciado ou negado. Na condição de direito social, ocupa um lugar estratégico, pois cumpre um papel preliminar e fundamental para a efetivação de outros direitos, de modo que sua ausência se converte em um obstáculo à constituição dos sujeitos. Reduzir a educação a um conjunto de disciplinas voltadas apenas a aspectos pragmáticos da vida ou subordiná-la exclusivamente às demandas do mercado significa restringir seu sentido aos determinismos impostos pelo capital, esvaziando sua dimensão emancipatória. Ao contrário, a educação deve ser concebida como um processo formativo capaz de desenvolver a consciência crítica e reflexiva, ampliando as possibilidades de participação social e de transformação das

condições de vida, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para o conjunto dos(as) trabalhadores(as).

Portanto, é primordial educar os sujeitos no sentido em que eles reforcem a sua capacidade de intervir criticamente e com autonomia na vida social, e não que simplesmente se adaptem ao existente, pensando, escolhendo e agindo de acordo com o projeto social que já se encontra estabelecido.

Desse modo, faz-se necessário um 'processo educativo' na sociedade, sendo este expresso por meio da conscientização, organização e capacitação crescente da população acerca da realidade social a qual se insere, ultrapassando o senso comum. Neste ínterim, as instituições educacionais têm um papel preponderante e ser profissional da educação, nesse contexto, é saber ultrapassar as funções profissionais meramente executivas, e atuar como intelectual orgânico, pois "É dessa relação orgânica entre os intelectuais e os 'simples' que nasce a elaboração de uma concepção de vida superior ao senso comum, uma elaboração superior dos grupos subalternos da própria concepção do real" (Duriguetto, 2014, p. 276).

O contato entre os intelectuais e os simples 'não é para limitar a atividade científica e para manter a unidade no nível inferior das massas, mas [...] forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais' (Gramsci *apud* Duriguetto, 2014, p.277).

No entanto, é preciso discernir sobre quais intelectuais estamos falando. Para Gramsci, os intelectuais tradicionais são aqueles vinculados aos grupos sociais dominantes nos contextos socioeconômicos específicos do desenvolvimento histórico, o pensador defende ainda que todos os homens são intelectuais, mesmo que não tenham na sociedade a função de intelectuais, e cada intelectual está vinculado aos interesses de classe a que pertencem, assim os intelectuais são parte integrante das relações sociais.

Juntamente ao conceito de intelectuais orgânicos, Gramsci discute a questão dos grupos e classes subalternas. Segundo este autor, a partir de Siqueira e Batista (2019), os grupos subalternos não possuem a unidade necessária para se constituírem politicamente como classe. Para a unificação desses grupos é necessária a atuação dos intelectuais orgânicos e só assim serem capazes de questionar a hegemonia burguesa. "É preciso que, através do partido e de seus intelectuais, se organize a construção de uma nova subjetividade, àquela que se erige a partir de novos valores e nova cultura que conceba um novo projeto de vida social" (Siqueira; Batista, 2019, p. 126).

Além disso, para Gramsci, o Estado não é composto apenas de aparelhos repressivos, mas também de aparelhos hegemônicos que servem para criar consensos e o Estado disputa esse espaço através de seus aparelhos hegemônicos, sendo as instituições educacionais um desses aparelhos. Mas para ele dentro dos aparelhos hegemônicos se pode lutar

Porque os sujeitos verdadeiros da luta são as classes sociais e as classes sociais subalternas têm seus próprios 'combatentes' nessa luta, ou seja, os intelectuais revolucionários, os intelectuais democráticos, os intelectuais progressistas, que são a expressão das classes populares (aqueles que Gramsci chama de intelectuais orgânicos) ou são intelectuais tradicionais que escolhem, porém, de estar do lado das classes subalternas. Eles dentro dos aparelhos hegemônicos (escolas, a universidade, os jornais) combatem para afirmar uma outra ideologia, uma outra concepção de mundo, um outro senso comum. Diferente dos intelectuais dominantes, da burguesia (Liguori, 2018, p.18).

Diante destas concepções, pensar as instituições educacionais sejam elas de ensino fundamental, médio ou superior, requer pensar a que projetos de classe elas

estão vinculadas e sobretudo quais as funções que estes funcionários, educadores e intelectuais estão exercendo, pois são eles que mediatizam a manutenção da hegemonia pela via do consenso ou que, vinculados a um projeto de sociedade atrelado às classes subalternas auxiliam, enquanto intelectuais orgânicos, na construção de uma contra hegemonia baseada na formação de uma consciência crítica (Duriguetto, 2014, p. 292).

Gramsci explicita que o desenvolvimento das instituições escolares ao longo dos processos históricos conferiu grande importância às categorias e às funções intelectuais, multiplicando as especializações e aperfeiçoando-as. Essa passagem da formação dos intelectuais mediada pelas instituições escolares inicia a reflexão de Gramsci de que a relação entre os intelectuais e o mundo não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é mediatizada [...] pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente funcionários (Duriguetto, 2014, p. 285).

Dessa forma, as instituições educacionais precisam se constituir em aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora e isso só é possível por intermédio de seus próprios intelectuais, os trabalhadores da educação, que são parte dessa classe trabalhadora e assim devem atuar enquanto intelectuais orgânicos, numa perspectiva de construção de uma consciência crítica e coletiva que busque elevar o senso comum a um bom senso, atrelado sobretudo aos interesses das classes subalternas. Destaca-se que para Gramsci, toda educação é política, ou forma para liberdade ou para dominação.

Na tarefa dessa vontade organizada e consciente que forja uma nova hegemonia política, a educação das massas e o acesso ao conhecimento científico historicamente produzido pela humanidade têm uma função fundamental. Daí a importância que Gramsci deu à escola na formação da classe trabalhadora como o sujeito da história. Mas não qualquer escola: a escola unitária. A que se opõe ao mero adestramento psicofísico demandado pelas relações sociais e de produção capitalistas (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2020, p. 172).

A partir destes conceitos, na próxima seção, pretende-se refletir, acerca da dimensão socioeducativa do exercício profissional de assistentes sociais como profissionais comprometidas(os) com a política de educação e, sobretudo com a construção de uma contra hegemonia.

Serviço social na educação: ações socioeducativas e a construção de uma contra hegemonia

O ingresso de assistentes sociais na política de educação, conforme aponta Almeida (2007), remonta aos anos iniciais da profissão, não constituindo assim, um fenômeno recente. A atuação de assistentes sociais na educação, inicialmente, era voltada para exercer controle social sobre as famílias proletárias e nos processos de socialização e educação da classe trabalhadora, durante o período varguista, com a expansão capitalista vivida no Brasil àquela época (Almeida, 2007).

Porém, como postula Netto (1996), com a adoção de uma postura crítica, balizada pelo projeto ético político profissional construído nas décadas de 80 e 90 do século XX, o Serviço Social brasileiro assume um novo perfil profissional. Atrelado à luta geral dos trabalhadores, na busca pela construção de uma nova ordem societária, o caráter educativo da profissão assume uma postura diferente da anterior. Desvincula-se do papel de mero reprodutor das atividades de controle, buscando a adesão e legitimação à ordem vigente pelas classes subalternas, e passa a estabelecer um caráter educativo emancipatório, afirmando sua articulação à classe trabalhadora no sentido da contribuição para a construção de uma contra-hegemonia.

Ao longo das primeiras décadas do séc. XXI, a presença de assistentes sociais na política de educação responde, especialmente, às requisições sociais e

institucionais de aumento das condições de acesso e permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de ensino, por meio de programas governamentais conquistados a partir de pressões de sujeitos políticos atuantes na sociedade civil. Neste sentido, se por um lado, a atuação dessas profissionais no referido período histórico resulta de lutas de movimentos sociais que buscam a universalização da educação pública, por outro, acaba por atender aos interesses das diretrizes dos organismos multilaterais, atreladas às demandas do capital no sentido de formar e qualificar força de trabalho para o mercado. Sendo assim, tal atuação está inserida na dinâmica contraditória das lutas sociais, hegemonicamente vinculada com a democratização e a qualidade da educação (CFESS, 2012).

O potencial do trabalho e alcance das ações das assistentes sociais na educação não se restringem à colaboração com o acesso e a permanência na educação escolarizada, apesar de que essas ações possuem uma dimensão estratégica em nossa sociedade. Outras frentes de trabalho elencadas pelo CFESS (2012) dizem respeito à busca da garantia da gestão democrática e da qualidade da educação, na medida em que tais conquistas representam o reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social, estando de acordo com princípios ético e políticos que devem direcionar o exercício profissional do serviço social (CFESS, 2012).

O serviço social, como “atividade inscrita predominantemente no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas”, quando orientado pelo projeto ético-político profissional, não se limita ao que a instituição oferece aos usuários dos serviços, que pode interferir diretamente “no padrão de consumo e na qualidade de vida das famílias trabalhadoras.” (Iamamoto, 2014, p. 418). Mas vai além, buscando fazer com que os mesmos se vejam como protagonistas de sua própria história, realizando uma apropriação crítica da sua realidade.

De acordo com Yazbek (2009, p. 69), “As ações profissionais dos assistentes sociais apresentam duas dimensões: a prestação de serviços assistenciais e o trabalho socioeducativo [...]”. A dimensão educativa, na verdade, é inerente à prestação de serviços, conferindo-lhe sentido e direção, que pode assumir um caráter de “enquadramento disciplinador (ou então), direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas.” A autora destaca que a assistência pode representar um “espaço de resgate do protagonismo dos subalternizados” (Yazbek, 2009, p. 66). E deste modo, as ações assistenciais podem configurar espaços de busca e conquista de direitos. Neste sentido, “pensar o Serviço Social na reprodução das relações sociais significa afirmar que ele participa de um mesmo movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria as possibilidades de sua transformação.” (Iamamoto, 2014, p. 25).

No mesmo sentido, ao analisar as ações socioeducativas no âmbito dos processos socioassistenciais, Mioto (2009) destaca a existência de dois pilares de sustentação ao processo educativo, que são eles: a socialização de informações e o processo reflexivo. O processo reflexivo tem como objetivo a formação da consciência crítica, objetivo este realizado a partir da criação de condições para que os usuários elaborem, crítica e conscientemente, sua própria concepção de mundo, fazendo-se sujeitos da construção de sua própria história, e da história de sua sociedade. A partir deste processo reflexivo, realizado na sua prática profissional, consideramos que assistentes sociais podem ter influência na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nesta ação, podendo interferir nas subjetividades e normas de conduta, fatores que fundamentam determinada cultura.

Torna-se então um desafio às assistentes sociais realizar em seu exercício profissional, um trabalho educativo crítico com relação à apropriação pelos usuários do serviço social dos discursos instituídos socialmente- pela grande imprensa, por exemplo, que atende aos interesses dominantes -, para que o mesmo não seja apreendido como universal, e sim como valores de uma determinada classe, a

burguesia. Ou seja, a partir de sua inserção nos variados espaços sócio-ocupacionais, contribui na luta hegemônica travada socialmente, podendo atuar no sentido da construção de uma contra hegemonia.

[...] o consenso não deve ser compreendido como apenas a adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou na criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social. Neste sentido, o assistente social é um intelectual que contribui, junto com outros inúmeros protagonistas na criação de consensos na sociedade (Iamamoto, 2012, p. 69).

Neste sentido, faz-se necessário pensar acerca dos entraves sociais que limitam a capacidade reflexiva e criadora dos sujeitos sociais, no terreno das políticas educacionais e de cultura em países como o Brasil. Destacamos então a importância da construção de alternativas, dentro das instituições em que se inserem as assistentes sociais, que visem à construção de uma apropriação crítica da realidade, para que se contribua com a construção de uma contra hegemonia, nos termos de Gramsci.

Considerações finais

Compreender a educação à luz das formulações de Gramsci implica reconhecê-la como terreno privilegiado de luta de classes, no qual se confrontam projetos societários distintos: de um lado, a manutenção da hegemonia burguesa por meio da adaptação pragmática dos sujeitos à ordem estabelecida; de outro, a possibilidade de forjar uma nova hegemonia baseada na formação crítica, reflexiva e emancipatória dos grupos subalternos.

Neste contexto, os intelectuais orgânicos vinculados à classe trabalhadora desempenham papel essencial ao transformar as instituições educacionais em espaços de elaboração coletiva, onde o senso comum é elevado a um bom senso comprometido com a liberdade e a justiça social. Cabe, assim, às escolas e universidades, na condição de aparelhos de hegemonia, assumirem a tarefa de socializar o conhecimento historicamente produzido e de potencializar a constituição da classe trabalhadora como sujeito histórico capaz de protagonizar processos de transformação social.

Considera-se relevante a dimensão socioeducativa no exercício profissional do serviço social, que pode potencializar a formação crítica e a organização coletiva, contribuindo para a construção de uma contra hegemonia no campo educacional. A análise empreendida permitiu compreender que a inserção das assistentes sociais na política de educação constitui um espaço profícuo de intervenção profissional, no qual se expressam as contradições entre a lógica do capital e a luta pela universalização dos direitos sociais.

Nesse sentido, o exercício profissional de assistentes sociais não se limita ao acesso e permanência na escola, mas articula-se à formação de sujeitos capazes de elaborar uma apropriação crítica da realidade, fortalecendo processos de resistência e construção de uma contra hegemonia no âmbito educacional. Trata-se, portanto, de uma atuação que reafirma o compromisso histórico da profissão com a classe trabalhadora, posicionando-se como prática intelectual e política voltada à transformação social.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais. Disponível em: https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf. Acesso em: 20 ago.2025.

CFESS, 2012. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serviço Social e Sociedade*. n. 118, São Paulo: Cortez, p. 265-293, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria Ciavatta.; RAMOS, Marise. Gramsci: a historicidade da filosofia da práxis e a educação. In: MACHADO, Maria Margarida(org.). *Ler Gramsci para pensar a política e a educação*. Goiânia. Scotti: 2020, p. 155-186.

IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Ed. Cortez, 2012.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo, Ed. Cortez, 2014.

LIGUORI, Guido. Os roteiros de Gramsci e os desafios do século XXI. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, n.3, São Paulo: UNESP, dez/2018.

MIOTO, Regina Célia. Orientação social a indivíduos, grupos e famílias. In: CFESS; ABEPSS (org). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, 2009. P. 497 – 512.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, v. 23, n.2, 2005, p. 427-446.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 2 ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 1999.

SIQUEIRA, Mirele Hashimoto; BATISTA, Alfredo Aparecido. O intelectual orgânico e as classes subalternas: a elaboração da nova cultura para o novo bloco histórico. *Temporalis*, v. 19, n. 38, p. 115-129, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 2009.